

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

VOLTALIA SÃO MIGUEL DO GOSTOSO PARTICIPAÇÕES S.A
“SMG”

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes.....	3
Balanço patrimonial.....	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente.....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Votalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Examinamos as demonstrações financeiras da Votalia São Miguel do Gostoso Participações S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Votalia São Miguel do Gostoso Participações S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota 2.d “Uso de estimativas e julgamentos”, as controladas da Companhia adotaram como critério de depreciação de suas respectivas usinas o método das unidades produzidas, estimando que este é o critério que melhor reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros enquanto as turbinas ainda não estão ligadas à rede de transmissão. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

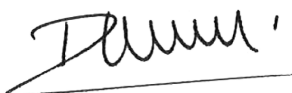


Outros assuntos

Revisamos as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação. O nosso relatório foi emitido em 11 de março de 2015, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2016.

Mazars Auditores Independentes
CRC nº 2SP023701/O-8



Dominique Joseph Marcel Nezan
Contador CRC 1SP 220825/O-0

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo	Nota	2015	2014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	697	2	Fornecedores		25	12
Adiantamento a Fornecedor		64	63	Dividendos	7	439	703
Partes relacionadas	8	49.939	-	Obrigações fiscais e trabalhistas		32	-
Dividendos a receber	5	515	266	Empréstimos com partes relacionadas	8	50.771	-
Outros Ativos		229	-			51.267	715
		51.444	331				
Não circulante				Não circulante			
Investimentos	5	146.335	106.694	Partes relacionadas		-	33
AFAC		50	0			-	33
		146.385	106.694				
Patrimônio líquido				Patrimônio líquido			
				Capital Social		146.429	105.500
				Capital Social a integralizar		(520)	-
				Reserva de lucro		653	777
					7	146.562	106.277
Total do ativo		197.829	107.025	Total do passivo e patrimônio Líquido		197.829	107.025

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Demonstração do resultado
Períodos findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesas Operacionais			
Despesas Administrativas	9	(757)	(162)
Resultado das participações societárias	5	(175)	1.642
Recuperação de despesas		1.472	
Lucro / (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos		541	1.480
Despesas Financeiras		(6.494)	-
Receitas Financeiras		5.849	-
Resultado Financeiro	10	(645)	-
Lucro/(Prejuízo) antes dos tributos sobre o Lucro		(105)	1.480
Imposto de Renda e contribuição social		(19)	
Lucro/(Prejuízo) do Período		(124)	1.480
Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)		(0,0008)	0,0140

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Demonstração do resultado abrangente

Períodos findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro/(Prejuízo) do Período		(124)	1.480
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente do período		<u>(124)</u>	<u>1.480</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Capital Social	Reservas de Lucro			Lucro (Prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2013 (não auditado)	-			-	-	
Constituição da companhia (13 de fevereiro de 2014)	51.612	-	-	-	51.612	
Aumento de Capital	53.888	-	-	-	53.888	
Lucro/(Prejuízo) do Exercício	-	-	-	1.480	1.480	
Destinação do lucro	-	-	-	-	-	
Constituição de reserva legal	-	74	-	(74)	-	
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(703)	(703)	
Lucros retidos a deliberação	-		703	(703)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	105.500	74	703	777	106.277	
Aumento de Capital	40.409	-	-	-	40.409	
Aumento de capital integralizado	40.929					
Aumento de capital a integralizar	(520)					
Lucro/(Prejuízo) do Exercício	-	-	-	(124)	(124)	
Incorporação do Prejuízo	-	-	(124)	(124)	124	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	145.909	74	579	653	146.562	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Demonstração dos fluxos de caixa Períodos findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro/(Prejuízo) do Período		(124)	1.480
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com recursos provenientes das atividades operacionais			
Resultado (positivo)/Negativo em equivalência patrimonial	5	175	(1.642)
Variações em:			
(Aumento) / redução em adiantamento a fornecedores		-	(63)
(Aumento) / redução nas partes relacionadas (circulante)	8	(50.189)	-
(Aumento) / redução em outros ativos		(229)	-
Aumento / (redução) em fornecedores		13	12
Aumento / (redução) em obrigações fiscais e trabalhistas		32	-
Recursos provenientes das atividades operacionais		(50.322)	(213)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de investimentos	5	-	(105.318)
Aumento de Capital nos investimentos	5	(39.816)	-
Recursos aplicados nas atividades de investimentos		(39.816)	(105.318)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos			
Financiamento com partes relacionadas	8	50.424	33
Aumento de capital social	7	40.409	105.500
AFAC		-	-
Caixa proveniente das atividades de financiamentos		90.834	105.533
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		695	2
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		2	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		697	2
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		695	2

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Período findo em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais

1 Informações gerais

A Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A. (Companhia), é uma sociedade por ações constituída em 13 de fevereiro de 2014, tem sede administrativa e foro jurídico na Rua Bandeira Paulista, nº 1º andar, CEP 04532-010, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto a participação direta ou indireta em sociedades organizadas sob qualquer natureza jurídica.

As controladas têm por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica a ser desenvolvido nos parques eólicos denominados Carnaúba, Santo Cristo, Reduto e São João. As controladas encontram-se em no início de suas operações e no decorrer desta fase, as suas necessidades de caixa são cobertas por intermédio ou garantia das controladoras direta e indireta. A atividade da Companhia é garantida e, quando necessário, financiada por seus acionistas.

As participações diretas detidas são as seguintes:

	% Participação 31/12/2015
Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A	100,00%
Usina de Energia Eólica Reduto S.A	100,00%
Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A	100,00%
Usina de Energia Eólica São João S.A	100,00%

Autorização do Parque Eólico Reduto

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 230 de 13 de abril de 2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Reduto, constituída de 18 Unidades Geradoras, totalizando 28.800 kW de capacidade instalada.

A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 16 de abril de 2012 e o término em 16 de abril de 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e a pedido da Companhia.

A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

Autorização do Parque Eólico Santo Cristo

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 233 de 16 de abril de 2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Santo Cristo, constituída de 18 Unidades Geradoras, totalizando 28.800 kW de capacidade instalada.

A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 18 de abril de 2012 e o término em 18 de abril de 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e a pedido da Companhia.

A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

Autorização do Parque Eólico Carnaúba

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 204 de 5 de abril de 2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Período findo em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais

Central Geradora Eólica denominada EOL Carnaúbas, constituída de 17 Unidades Geradoras, totalizando 27.200 kW de capacidade instalada.

A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 09 de abril de 2012 e o término em 09 de abril de 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e a pedido da Companhia.

A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

Autorização do Parque Eólico São João

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 173 de 22 de março de 2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Carnaúbas, constituída de 18 Unidades Geradoras, totalizando 28.800 kW de capacidade instalada.

A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 26 de março de 2012 e o término em 26 de março de 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e a pedido da Companhia.

A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

Contratos de Energia de Reserva - CER

As controladas firmaram em 8 de agosto de 2012 um Contrato de Energia de Reserva (CER), na modalidade de quantidade de energia elétrica com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) assegurada no 4º Leilão para Contratação de Energia de Reserva promovida pela ANEEL em 2011. Por este contrato, as controladas se comprometeram a vender a totalidade da energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a partir de 1º de julho de 2014, ao preço original de R\$ 98,92/MWh (agosto de 2011), reajustado anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA). A data de início de suprimento de energia foi postergada de 1º de julho de 2014 a 1º de abril de 2015 através do primeiro termo aditivo ao contrato de energia de reserva – CER Nº 165/11 datado de 27 de janeiro de 2015.

A construção das usinas está concluída por parte das controladas, porém, ficou pendente a criação da rede de transmissão, que está sob responsabilidade do governo. De acordo com o contrato firmado entre a companhia e a CCEE, a companhia pode começar a faturar a CCEE, a partir do momento em que receber a declaração de Apta pela ANEEL. As companhias receberam tal declaração em 26 de junho de 2015 (Reduto) e em 30 de junho de 2015 (Carnaúba, Santo Cristo, São João).

O ressarcimento por desvios positivos (acima da faixa de tolerância – 30%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 70% do preço de venda vigente. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância – 30% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais diretrizes contábeis

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Período findo em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais

A Companhia não apresenta demonstrações financeiras consolidadas, com base nos seguintes critérios, conforme previsto no Item 4 (a) do CPC 36 R3 – Demonstrações Consolidadas:

- (a) A Companhia é ela própria uma controlada integral da Voltalia São Miguel do Gostoso Participações I S.A., a qual foi consultada e não fez objeção quanto à não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas pela Companhia;
- (b) Os instrumentos de dívida ou patrimoniais da Companhia não são negociados publicamente;
- (c) A Companhia não arquivou e não está em processo de arquivamento de suas demonstrações financeiras na Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador, visando à distribuição pública de qualquer tipo ou classe de instrumento no mercado; e
- (d) A controladora Voltalia São Miguel do Gostoso Participações I S.A. disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos do CPC.

A emissão das presentes demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 19 de fevereiro de 2016.

(b) Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo.

(c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(d) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Uso de estimativas e julgamentos nas Controladas

Conforme mencionado na Nota 1, as usinas construídas pelas controladas receberam a declaração de apta em 26 de junho 2015 (Reduto) e em 30 de junho de 2015 (Carnaúba, Santo Cristo, São João) mas não iniciaram a produção porque a construção da rede de transmissão, que está sob responsabilidade do governo, ainda não foi concluída.

Em aplicação do Contrato de Energia de Reserva (CER), a receita que corresponde aos MWh contratuais é devida e já está sendo faturada. Adicionalmente, enquanto a ligação das usinas com a rede de transmissão ainda não for efetiva, as turbinas estão colocadas numa posição de preservação diminuindo os efeitos dos ventos e todas as peças de rotação e as peças de desgaste se encontram paradas. A manutenção de conservação mantém a turbina em condições de equipamento novo até à ligação à rede e o início da produção.

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Período findo em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais

Neste contexto, enquanto as usinas não estiverem conectadas à rede de transmissão, as Controladas optaram por depreciar o imobilizado "usinas em operação" pelo método das unidas produzidas tal como definido no parágrafo 62 do CPC 27 – Ativo Imobilizado, considerando que este método é o mais adequado no momento para refletir o padrão de consumo pela Companhia dos benefícios econômicos futuros. Por este motivo, a depreciação inicialmente registrada nas informações intermediárias do exercício foi revertida. O valor dos custos de depreciação registrados nas informações intermediárias das Controladas foi de R\$ 100 em 30 de junho de 2015 e de R\$ 4.714 em 30 de setembro de 2015.

As turbinas serão depreciadas linearmente com base em vida útil estimada de 25 anos, a partir da data da conexão à rede de transmissão. A aplicação de um método de depreciação linear com base em vida útil de 25 anos a partir da declaração de apta resultaria num custo de R\$ 10.229 no exercício.

3 Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor), sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

3.2 Investimentos em controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais. O controle é geralmente acompanhado de uma participação de mais do que metade dos direitos de voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade.

Conforme mencionado em nota 2 (a) e por aplicação da exceção prevista no item 4 (a) do CPC 36 R3 – Demonstrações consolidadas, a Companhia não consolida suas controladas. Nas demonstrações financeiras da Companhia, os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial.

Os resultados, ativos e passivos das coligadas são incorporados nas demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como "mantidos para venda" e é então contabilizado de acordo com o CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operações Descontinuadas. De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são inicialmente registrados pelo seu valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da empresa investidora no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da controlada. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a empresa determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da empresa em sua controlada,

Qualquer valor acima do custo de aquisição sobre a participação no capital da empresa investidora no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da empresa controlada na data de aquisição, é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação de capital no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

Os requisitos do CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento de uma perda por *impairment* em relação ao investimento numa controlada. Se necessário, o valor contábil total do investimento (incluindo *goodwill*) é testado para determinar a *impairment* de acordo com o CPC 01- *impairment* de Ativos (equivalente a CPC 1 - R1), como um único ativo, através da comparação de sua deficiência (maior do que o valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de venda) com seu valor contábil. Qualquer perda por *impairment* reconhecida é adicionado ao valor contábil do investimento.

Qualquer reversão dessa desvalorização é reconhecida de acordo com o CPC 1 - R1 na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Período findo em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais

Quando qualquer uma das empresas que realiza uma transação com uma controlada, o lucro e os prejuízos dele decorrentes são reconhecidos somente em relação à participação acionária na controlada não relacionada ao grupo.

3.3 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2015, não constatamos existência da evidência que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável. Sendo assim, não se fez necessária a constituição de provisão para recuperação de ativos.

3.4 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros

3.5 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que a Companhia figure como parte passiva.

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Período findo em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais

3.6 Tributos sobre o lucro

Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. Conforme facultado pela legislação tributária, as controladas optaram pelo regime do Lucro Presumido. De acordo com essa sistemática, o imposto de renda e a contribuição social são calculados a razão de 8 % e 12 % da receita bruta, respectivamente. Para receita de serviços e receitas financeiras, as bases de cálculo são 32 % e 100 %, respectivamente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

Impostos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício.

Em 31 de dezembro de 2015, a companhia não registrou imposto de renda e contribuição social diferidos no ativo. A companhia está realizando estudos de resultados tributável para os próximos exercícios para determinar a possibilidade de registro contábil de crédito tributário sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias.

3.7 Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a sociedade e suas controladas em conjunto possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da sociedade e suas controladas em conjunto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.8 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando o resultado de sua execução é estimado de forma

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Período findo em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais

confiável e quando são satisfeitas as seguintes condições: (i) o valor da receita é mensurado de forma confiável, (ii) é provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluam para a Companhia, (iii) o estágio de execução da transação ao final do período de referência pode ser mensurado de forma confiável e (iv) os custos incorridos para a transação e os custos para completar a transação podem ser mensurados de forma confiável.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

3.9 Instrumentos financeiros

3.9.1 Ativos Financeiros

Os ativos financeiros da sociedade estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento.

Ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição desse ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e adiantamento a fornecedores. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

Risco de crédito

Esse instrumento financeiro refere-se principalmente às disponibilidades da Companhia. Todas as operações da sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos, no entanto, caso a sociedade necessite de investimentos de entidades financeiras pode correr risco de liquidez devido à fase pré-operacional em que se encontra.

Mensuração subsequente dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado, quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros a *valor justo* por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

3.9.2 Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são classificados como fornecedores e outras obrigações, passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, e mantidos para negociação. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Mensuração subsequente dos passivos financeiros

Passivos financeiros a *valor justo por meio do resultado* incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Baixa dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Período findo em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais

3.9.3 Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado, no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado, com isenção de interesses; referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.10. Novas normas e interpretações que ainda não estão em vigor

Os pronunciamentos a seguir foram emitidos pelo IASB e serão obrigatórios para exercícios contábeis subsequentes. A adoção pela Companhia ocorrerá após a emissão de pronunciamento técnico pelo CPC.

- (i) IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes - Com vigência em 1º de janeiro de 2018, em substituição às normas atuais IAS 11 - Contratos de construção e IAS 18 - Receitas, a IFRS 15 estabelece princípios de mensuração, reconhecimento e divulgação das receitas.
- (ii) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Com vigência em 1º de janeiro de 2018, em substituição a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 estabelece novos requerimentos para a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge dos instrumentos financeiros.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista.

Descrição	2015	2014
Caixa e Bancos conta movimento	62	2
Aplicação Financeira	636	
Total Caixa e equivalentes de caixa	697	2

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Período findo em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais

5. Investimentos

A Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A. (Companhia), é uma sociedade por ações constituída em 13 de fevereiro de 2014, devido a sua operação iniciar-se em março de 2014, o resultado de equivalência registrado na companhia foi de R\$ 1.642 referente aos resultados de suas controladas de Março de 2014 a Dezembro de 2014. Essa diferença ocorreu devido ao cálculo de equivalência patrimonial ocorrer na constituição da companhia e ter registrado o montante de R\$ 266 como dividendos a receber como demonstrado a seguir:

Companhias	Ações (mil)		% Participação		Ativos Totais		Passivos (Circulantes e Não Circulantes)		Patrimônio Líquido		Receitas Líquida		Resultado do Exercício	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
	Ordinárias	Ordinárias	Capital Social Integralizado	Capital votante										
Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A.														
Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A.	37.660	1.000	100%	100%	141.770	109.897	106.422	85.885	35.348	24.012	7.119	-	(2.344)	237
Usina de Energia Eólica Reduto S.A.	36.329	1.000	100%	100%	126.928	104.883	90.322	82.230	36.606	22.653	7.706	-	204	344
Usina de Energia Eólica São João S.A.	35.693	1.000	100%	100%	115.128	89.502	78.489	61.733	36.638	27.769	7.771	-	1.178	234
Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A.	36.928	1.000	100%	100%	124.702	84.992	86.960	52.729	37.742	32.263	8.043	-	786	561
Dividendos calculados antecipadamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	266
Total Investimentos									146.335	106.694			(175)	1.642

Todas as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por nossos auditores independentes;

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Período findo em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais

6. Contingências

A Companhia não possui ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações ou que envolvam questões tributárias.

7. Patrimônio líquido

7.1 Capital social

O capital social da Companhia é de 145.909.114 ações, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, integralmente detidas pela Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A em 31 de dezembro de 2015.

7.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de metade do lucro líquido do exercício nos termos da Lei nº 6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei. O saldo restante do lucro líquido ajustado deverá ficar na conta de reserva de retenção de lucros até que a Assembleia Geral delibere sobre a destinação desses valores.

Para o exercício 2015, as investidas assinaram contratos de empréstimos com os Bancos Santander, Itaú e BNDES que incluem uma cláusula de Alienação Fiduciária da Totalidade das Ações proibindo a distribuição de qualquer tipo de dividendo, excluído o dividendo mínimo obrigatório do lucro líquido ajustado até a fim de vigência destes contratos com as investidas no 2º semestre de 2016 (Itaú e Santander) e 2º semestre de 2031 (BNDES). A empresa não apresentou lucro no exercício de 2015.

8. Partes Relacionadas

A Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A possui mútuo com as empresas do grupo Voltalia como segue:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Circulante				
Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A.	14.062	-	-	-
Usina de Energia Eólica Reduto S.A.	90	-	-	-
Usina de Energia Eólica São João S.A.	12.212	-	-	-
Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A.	24.077	-	-	-
Voltalia Energia do Brasil Ltda	-	17.875	-	-
Voltalia S.A.	-	7.659	-	-
Voltalia Area Branca I Participações	-	-	-	-
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	-	25.237	-	-
Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações	14	439	-	-
Total Circulante	50.455	51.210	0	0
Voltalia Energia do Brasil Ltda	-	-	-	7
Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A.	-	-	-	24
Usina de Energia Eólica Reduto S.A.	-	-	-	2
Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações	-	-	-	-
Total Não Circulante	-	-	0	33
Total	50.455	51.210	0	33

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Período findo em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais

9. Despesas Administrativas

Os principais gastos administrativos incorridos em 2015 foram os seguintes:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Serviços de Terceiros	(90)	(23)
IOF	(628)	(130)
Outras despesas	(40)	(9)
Total	(757)	(162)

10. Resultado Financeiro

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Rendimentos de Aplicações financeiras	458	-
Outras receitas Financeiras	5.391	-
Juros sobre Mutuo	(6.494)	-
Total	(645)	-

11. Eventos Subsequentes

A companhia realizou a integralização referente ao aumento de capital no montante de R\$ 520 no dia 15 de janeiro de 2016.

12. Compromissos contratuais e garantias

Em 1º de agosto de 2014, as controladas da Companhia contrataram empréstimos com os bancos Itaú e Santander e em 24 de agosto de 2015 com o BNDES. Estes contratos têm vigência até em 8 de dezembro de 2015 para o Itaú e Santander e 15 de novembro de 2031 para o BNDES.

A finalidade destes recursos é o financiamento da implantação das centrais eólicas de Santo Cristo, Reduto, Carnáuba, e São João e a correspondente instalação de linhas de transmissão.

A Companhia presta aval na condição de coobrigada solidariamente responsável com as controladas por todas as obrigações dos referidos contratos. A Companhia concedeu também aos bancos a cessão fiduciária da totalidade das ações das controladas de sua titularidade, bem como todos os direitos, valores, rendimentos, inclusive dividendos (excluído o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado) ou juros sobre capital próprio, bem como o direito de subscrição de novas ações representativas da Companhia.

Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A

Notas Explicativas às demonstrações financeiras

Período findo em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais

	Valor contratado	Valor liberado	31/12/2015			31/12/2014		
			Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A (Itaú e Santander)	46.000	44.808	-	-	-	3.117	44.808	47.925
Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A (BNDES)	71.000	61.013	216	61.684	61.900	-	-	-
Usina de Energia Eólica Reduto S.A (Itaú e Santander)	74.000	72.034	1.590	22.449	24.039	5.505	72.034	77.539
Usina de Energia Eólica Reduto S.A (BNDES)	70.000	64.013	227	64.718	64.944	-	-	-
Usina de Energia Eólica São João S.A (Itaú e Santander)	55.000	53.578	-	-	-	3.683	53.579	57.262
Usina de Energia Eólica São João S.A (BNDES)	68.000	61.013	216	61.684	61.900	-	-	-
Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A. (Itaú e Santander)	75.000	73.004	1.489	20.211	21.700	5.600	73.004	78.604
Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A. (BNDES)	74.000	64.013	227	64.718	64.944	-	-	-
Total			3.964	295.464	299.428	17.905	243.425	261.330